

Pactuingá

ANO IV - Nº 45 - Setembro/2000

fetec/PR CUT Brasil

CNB - Sindicato Nacional

www.cut.org.br

www.cnbcut.com.br

Jornal dos bancários das regiões de Paranavaí, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Toledo, Umuarama, Goioerê, Guarapuava e Maringá

Seu voto vai melhorar ou piorar?

Eleições Municipais e Reforma Política

Páginas 4 e 5



BANESTADO

Funcionários entram em greve e exigem acordo

PÁGINA 2

CAMPANHA SALARIAL Anuênio na mira dos banqueiros

Página 3

BB e CEF

Luta é pelo fim do arrocho salarial

PÁGINA 2

Campanha Salarial

Banestado: mobilização cresce

Se em 99 foi preciso muita mobilização, com várias paralisações de agências, como as que ocorreram em toda a base do PACTUINGÁ, este ano a campanha salarial dos funcionários do Banestado é ainda mais intensa.

A postura do banco é de descaso com funcionários

PROPOSTA DO BANCO

No último dia 25 ocorreu

negociação entre o banco e o comando dos funcionários, quando foi apresentado, pelo banco, uma proposta em que o banco se compromete, nas cláusulas econômicas, a cumprir o acordo da

Fenaban. Os Sindicatos olham como avanço nas negociações, mas avaliam que cláusulas mais importantes, em caso de privatização, não foram

atendidas, como a estabilidade por cinco anos e manutenção, também por cinco anos, do número de agências. Novas negociações estão marcadas para os dias 29 de setembro e 04 de outubro. A direção do movimento tem intensificado

as mobilizações com paralisações de agências, principalmente nos maiores centros, como vem ocorrendo em Curitiba e Londrina e com tendência de crescimento em todo o Estado.

A preço de banana

Jaime Lerner contou com apoio de 31 deputados estaduais para garantir uma verdadeira mamata ao futuro comprador do Banestado. O banco vai sair quase de graça, mesmo depois de investidos mais de R\$ 5 bilhões em seu saneamento.

O projeto de Lerner, aprovado pela bancada governista na Assembleia Legislativa, garante a manutenção das contas do governo na instituição por cinco anos depois da privatização. Além disso, o preço mínimo estipulado para o leilão, R\$ 434 milhões, é menor do que o valor do patrimônio líquido do Banestado, que é de R\$ 535 milhões.

E não é só isso. Quem comprar o Banestado vai levar junto os créditos tributários, no valor de R\$ 1,56 bilhão, que o banco tem com o governo federal e que o isenta do pagamento de Imposto de Renda pelos próximos 30 anos. Sem contar que hoje o Banestado detém R\$ 415 milhões caucionados em ações da Copel, para cobrir os recursos dos precatórios de Sergipe,

Osasco e Guarulhos, que não foram pagos e não têm previsão de pagamento. Ou seja, o banqueiro que comprar o Banestado ficará livre do Imposto de Renda por 30 anos e ainda ganha de brinde parte da Copel.

Sem contar que os deputados de Lerner rejeitaram, em bloco as, emendas apresentadas pelo movimento sindical ao projeto de lei da privatização, que obrigavam o futuro comprador do Banestado a manter os atuais empregados, garantia de tarifas nos valores atuais ou investimentos sociais do Banestado também nos níveis atuais.

Luta contra a privatização

A mobilização cresce entre os funcionários do Banestado. Dia 13/09 houve concentração em frente ao Palácio Iguazu, em Curitiba, e caminhada até a Procuradoria Geral, onde foram entregues os abaixo-assinados da população paranaense contra a privatização do banco.

Caso a direção do banco não atenda as reivindicações, os bancários do Banestado poderão entrar em greve por tempo indeterminado. O clima entre os funcionários é

Oito ações questionam a privatização do Banestado

tenso. Prova disso foi a paralisação de 1.500 bancários do Centro Administrativo, em Curitiba, ocorrido no último dia 29/08. Além

das investigações feitas pela Procuradoria Geral da República sobre os escândalos do Banestado Leasing e ilegalidades na compra dos precatórios, os sindicatos já impetraram oito ações na Justiça questionando a privatização do banco. As ações vão desde o valor mínimo estipulado para o leilão, até a questão da estabilidade dos funcionários.



PACTUINGÁ tem feito constantes manifestações contra a privatização do Banestado

BB: abono em troca de reajuste

A bandeira mais importante na campanha salarial dos funcionários do BB este ano é acabar com o congelamento salarial que já dura seis anos.

As perdas acumuladas atingem 60,97%.

Se já não bastasse o arrocho nos salários do funcionalismo, a direção do BB impõe uma PLR injusta, de R\$ 200,00 para posto efetivo e R\$ 11 mil para Diretores.

No dia 22, o diretor de Recursos Humanos do BB, Leandro Martins, informou que a empresa pode destinar R\$ 250 milhões para o fechamento das cláusulas econômicas. No documento entregue à Comissão de Empresa, o BB propôs cinco composições de variáveis para se chegar ao limite de R\$ 250 milhões. As opções são as seguintes:

1) - Abono de R\$ 3.000,00 + valetik de R\$ 9,00 + auxílio-creche de R\$ 100,00

2) - Um salário bruto + 1% de reajuste + valetik de R\$ 9,00 + auxílio-creche de R\$ 100,00

3) - Abono de R\$ 2.100,00 + 1% de reajuste + valetik de R\$ 9,00 + auxílio-creche de R\$ 100,00

4) - Abono de R\$ 1.400,00 + 2% de reajuste + valetik de R\$ 9,00 + auxílio-creche de R\$ 100,00

5) - Reajuste de 4% + valetik de R\$ 9,00 + auxílio-creche de R\$ 100,00.

A proposta não repõe a inflação dos últimos 6 anos, nem se quer a da Fenaban que, entre outros, já propôs 5% para este último período. Não muda os cálculos da PLR e não diz nada aos direitos retirados unilateralmente, como o anuênio e horas extras.

Caixa: arrocho e terceirização

Nesse banco, os funcionários também estão há seis anos sem reposição salarial. Segundo índices do Dieese, as perdas acumuladas chegam a 105,40%. Nas últimas campanhas salariais, a Caixa tem repetido uma postura de descaso em relação aos problemas do funcionalismo. E se isso já não bastasse, impõe metas, não cumpre a jornada de trabalho, não paga horas extras e, o que é pior, coloca em risco o emprego com o programa de terceirização dos serviços bancários.

Só para dar alguns exemplos, tem o Back-Office e o Front-Office e os serviços da Caixa nas Lotéricas. Isso aumenta a tensão entre os bancários concursados da Caixa, além de provar que a direção da Caixa não tem o menor respeito por milhares de pessoas que pagaram inscrições, passaram no concurso que o banco promoveu e ainda não foram chamadas para trabalhar.

Esse desmonte da Caixa enquanto banco público se completa com o relatório insuficiente da consultoria Bozz-Allen, de que a Caixa estaria a beira de um colapso e que a saída é a privatização.

Para o movimento sindical, os maus tratos ao funcionalismo e a destruição da Caixa enquanto banco público é mais uma estratégia de FHC e do FMI para vender mais esse importante patrimônio nacional.

Pactuingá

Conselho Editorial:

PARANAVAI
Neil E. Júnior
fone (0xx44) 423-3402
e-mail: secbpva@fomet.com.br

CAMPO MOURÃO
Nivaldo Simoni
fone (0xx44) 823-3492
e-mail: seebcmcut@start.com.br

TOLEDO
Zelário Brenn
fone (0xx45) 252-1851
e-mail: sbtr@toledonet.com.br

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACTUINGÁ / Sindicato Regional dos Trabalhadores no Sistema Financeiro de Maringá e Região

UMUARAMA/ASSIS/CHATEAUBRIAND
Wilson de Souza
fone (0xx44) 622-1979
seebumu@fenixnet.com.br

GUARAPUAVA
João Osmar Rodrigues
fone (0xx42) 723-1371
e-mail: sebgva@almix-bsi.br

MARINGÁ
Comissão Provisória
Sebastião A. Lopes da Silva (0xx44) 226-5520 - 9973-3108
ou Aydece R. Reis Car
(0xx44) 221-1900 - 223-4864

Proposta da Fenaban...

Na rodada de negociação realizada no início de setembro, além de propor reajuste salarial que sequer cobre as perdas com a inflação, a Fenaban lançou mão da surrada estratégia de avançar sobre os direitos dos bancários. Mais uma vez os banqueiros insistem no corte do anuênio. Veja no quadro ao lado a proposta da Fenaban:

Reajuste de 5% sobre os salários de setembro/99

Pisos salariais – 5% de aumento

Anuênio R\$ 8,83; gratificação de compensador R\$ 50,33; gratificação de informante para os bancários de Minas Gerais, Goiás e Tocantins de R\$ 50,33, e para Pernambuco de R\$ 27,16; ajuda para deslocamento noturno R\$ 31,00; auxílio-funeral R\$ 298,00; auxílio-creche/babá/filhos excepcionais R\$ 111,00; indenização por morte em assalto R\$ 44,310,00; auxílio-refeição R\$ 9,00; auxílio cesta-alimentação R\$ 142,00 e requalificação profissional R\$ 443,00.

PLR de 80% sobre o salário, mais R\$ 400,00, limitado a R\$ 3.250,00.

Mínimo de 5% do lucro líquido do exercício de 2000, limitado a dois salários ou R\$ 6.500,00.

Máximo de 15% do lucro líquido do exercício de 2000.

Primeiro pagamento: 40% do salário mais R\$ 134,00, limitado a R\$ 1.559,00 e 15% do lucro líquido do primeiro semestre de 2000. Pagamento em até 20 dias após a assinatura do protocolo prévio à convenção coletiva.

Segundo pagamento: 40% do salário mais R\$ 266,00 ou a diferença entre o total da primeira parcela paga (no caso de redutor ou multiplicador.) Pagamento até 02/03/2001.

Nos pagamentos de PLR, o banco poderá compensar os valores já pagos ou que vierem a ser pagos, a esse título, referentes ao exercício de 2000.

Adicional por Tempo de Serviço (anuênio)

Indenização de R\$ 1.000,00

Opção pela indenização ou continuidade do anuênio para os admitidos até 31/08/2000

Manutenção dos anuênios já adquiridos

Fim do anuênio para os bancários admitidos a partir de 01/09/2000

Fim do anuênio para quem optar pela indenização de R\$ 1.000,00

Ferra os bancários!

Para a Executiva Nacional dos Bancários, com essa proposta a Fenaban deixa bem claro a intenção de retirar direitos dos trabalhadores. Os termos apresentados põem fim ao anuênio para novos funcionários e indenização, com incorporação como verba de caráter pessoal dos anuênios adquiridos pelos antigos funcionários.

Avalia ainda que caso fosse implementada a proposta formulada pelos banqueiros, um funcionário com cinco anos de banco, por exemplo, passaria a ter uma verba incorporada ao seu salário correspondente



A exemplo do ano passado, só a mobilização vai melhorar proposta da Fenaban

aos cinco anuênios, cessando o direito de adquirir novos, a partir do recebimento da indenização de R\$ 1.000,00, o que equivaleria 3,5 anos de anuênio.

Ainda segundo a Executiva Nacional dos Bancários, a proposição, na verdade, cria um mecanismo que passa a dividir os bancários em três segmen-

tos, isto é, os que têm direito a anuênios, aqueles que passarão a ter a verba de caráter pessoal e aqueles que não terão mais anuênio. Essa proposta coloca os bancários com direito ao anuênio sob fogo cruzado das pressões patronais.

Se não bastasse isso, os banqueiros vêm se recusando a debater temas importantes como igualdade de oportunidades, auxílio-educação, convênio médico, garantia de emprego, produtividade e segurança bancária, entre outros pautados na minuta de reivindicações da categoria.

O movimento sindical considera insuficiente o reajuste salarial de 5% proposto pelos bancos, já que esse percentual sequer cobre a inflação de 8,03% no período.

Essa postura da Fenaban vem, mais uma vez, demonstrar o modo como os banqueiros tratam as questões de interesse da categoria, mesmo depois de abocanharem gordas fatias de lucros no último ano.

Para quebrar essa intransigência dos patrões só com muita mobilização dos bancários nas atividades da campanha salarial em andamento.

Seu voto vai melhorar ou piorar?

As eleições municipais têm, ou deveriam ter, objetivos sociais coletivos, como, por exemplo, melhorar a educação pública, a saúde e o acesso à moradia e principalmente de mais empregos. É importante por que é o momento oportuno do eleitor cassar, através do voto, os espertalhões que roubaram, principalmente dinheiro público, e avaliar o passado daqueles que estão postulando uma vaga para vereador ou prefeito.

Além disso, as eleições municipais são um alicerce que vai definir as próximas eleições para governador e presidente, cargo este que dita a política econômica do país. Os prefeitos e vereadores são os melhores cabos eleitorais na votação para presidente. É o momento oportuno para o eleitor que não está gostando de FHC e Lerner, votar nos partidos de oposição a esses dois governos.

**COLLOR
FOI ELEITO
COM UM
GRANDE
APOIO DE
PREFEITOS
E VEREA-
DORES DA
ÉPOCA...**



Tens eleito bons prefeitos e vereadores?

**PARA ALEGRIA
DOS MAUS
POLÍTICOS,
MAIORIA DOS
ELEITORES
VOTA POR
VOTAR**

Para responder esta pergunta, as pessoas têm que fazer uma avaliação da gestão que finda, saber que tipo de trabalho fez o vereador em que votou e se o atual prefeito pôs em prática as promessas de campanha.

Ainda para responder a pergunta, é bom se lembrar quais os partidos per-

tenciam ou pertencem os atuais vereadores e prefeito, provavelmente todos candidatos a reeleição. Se o eleitor sabe muito pouco de tudo isto, não vai ter condições de avaliar o mandato dos políticos municipais.

Caso se enquadre nestas condições, não deve se assustar. Pesquisas mostram que a maioria dos eleitores, para desgraça geral do país e alegria dos maus políticos, vota por votar, não acompanha o trabalho dos eleitos.

A culpa ainda não é do eleitor

Segundo sociólogos, são vários os fatores que levam à esse desinteresse do eleitor. A falta de cultura democrática é um fator. Nos últimos 100 anos foram poucas as eleições diretas de prefeitos, governadores e principalmente de presidentes. A maior parte desses cem últimos anos foi de governos ditatoriais, se estivessem administrando mal era difícil corrigir, e muitos padres, músicos, políticos, estudantes sindicalistas foram mortos por discordar. O Brasil é novo na prática democrática. O melhor período remonta de 1988, ano em que foi eleito Collor de Mello presidente.

A baixa escolaridade dos brasileiros é outro fator. A baixa mé-

dia de escolaridade do brasileiro resulta no que os pedagogos chamam de analfabeto funcional (pessoas que lêem, mas não entendem o que leram). Enquanto a vizinha Argentina (**gráfico abaixo**) a média de escolaridade é de 9 anos, no Brasil é 6,2, e na Europa é de 16 anos. Se levar em conta o percentual de estudantes com idade entre 18 e 24 anos que estão cursando Universidade, a situação piora.

Enquanto 80% dos jovens nesta faixa etária estão numa Universidade nos EUA, no Brasil são apenas 7,7%. Ou seja, quem tem uma formação escolar de 3º grau, está em melhor condição de avaliar se um partido tem boa proposta, avaliar o passado do candidato ou o

trabalho daqueles que estão no poder. Voto obrigatório também prejudica.

Na ótica de cientistas políticos, muitos eleitores votam por que são obrigados pela atual lei eleitoral, e mesmo se o candidato for eleito, não acompanham o trabalho para poder cobrar o cum-

primento das promessas.

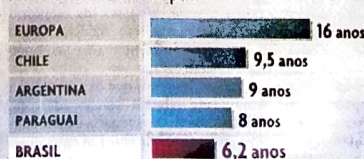
Numa democracia plena, o voto tem que ser facultativo, isto é, vota quem entende e acredita que o crescimento econômico, (ver poema de Brecht na página 6) social e educacional do município, do estado e do país, passa pelas propostas de um partido político.

PERDI MEU VOTO

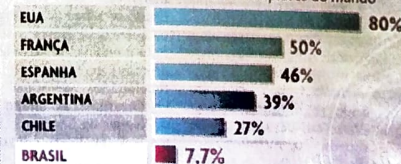
Não existe voto perdido. Existe voto nulo. Aqueles eleitores que acham que perderam o voto porque seu candidato não se elegeu, estão desinformados. O partido do candidato que você votou aproveita seu voto, que vai eleger os candidatos mais votados do partido. Aí está uma necessidade do eleitor conhecer as propostas e os trabalhos de um partido político. É bem provável que, por desconhecimento, alguns eleitores tenham, nas últimas eleições, votado em partidos que reformaram a Previdência Social, dificultando ainda mais aos trabalhadores conseguir se aposentar. É comum pessoas procurarem os Sindicatos se lamentando da dificuldade que encontram para aposentar seus pais, ou até mesmo para conseguir a própria aposentadoria. A maioria das pessoas também não sabe quais foram os partidos que apoiaram esse tipo de reforma.

Fora da escola

O tempo de escolaridade no país é inferior à metade da média européia



No Brasil, o percentual de estudantes de 18 a 24 anos matriculados em universidades é um dos piores do mundo



Fontes: OCDE e MEC

Fontes: OCDE e BIRD - 1999

Reforma político-partidária é prioritária

Nos próximos meses, as pessoas vão ouvir muito sobre esse assunto. Provavelmente a mídia vai se ocupar da reforma político-partidária. Especialistas no assunto afirmam que essa era e é uma das mais importantes reformas que Brasil precisa fazer, porque, ainda segundo eles, um estrutura político-partidária sólida, com políticos fiéis as propostas de seus partidos, vai agilizar outras reformas também necessárias, como por exemplo a fiscal e tributária.

Os projetos de emendas constitucionais (PEC) tramitam no Congresso desde 97. Neles há propostas de mudanças em mais de 20 pontos da Constituição, os quais regulam o atual sistema eleitoral, e vão desde de a forma de eleger os candidatos ao número de vereadores do município. Aprovadas mesmo até o momento, só as emendas que permitiram a reeleição de prefeitos, governado-



SÉRGIO MACHADO (PSDB) DEFENDE O VOTO DISTRITAL

res e presidente da República. Se bem que, no caso da reeleição para presidente, ainda pesa aquela acusação contra FHC, sobre os 200 mil reais que pagou para que alguns deputados de Rondônia votassem a favor da emenda da reeleição. Como ocorreu com o escândalo do TRT, na época foi abafada, pelo próprio FHC, a tentativa das oposições, de instalar CPI para apurar a acusação.

Entre esses PECs, três são mais polêmicos: o do voto distrital (misto ou puro), a fidelidade partidária e a do voto facultativo (sem lei que obrigue votar). Esses PECs deverão ocupar os congressistas e fomentar também a discussão entre eleitores e entidades que valorizam o voto.

VOTO DISTRITAL

O voto distrital misto ou puro, mexe substancialmente com a maneira de como são eleitos hoje os deputados federais. Pela lei atual os eleitores

votam através do sistema proporcional de listas abertas. Cada Estado tem direito de eleger um número determinado de deputados, proporcional a sua população. O eleitor

escolhe o candidato através de listas apresentadas pelos próprios partidos. Alguns estudiosos do assunto, como o político Sérgio Machado, (PSDB-CE), avalia que esse sistema de lista

aberta enfraquece o partido político. Segundo Machado, a disputa pelo voto não se dá através do partido, mas entre os candidatos da mesma agremiação. Machado defende o voto distrital onde o eleitor possa escolher entre os candidatos de uma determinada região (distrito). O sistema distrital puro impede, por exemplo, que um eleitor de Toledo vote num candidato de Curitiba.

Mas têm especialista do sistema político-partidário que é contra o voto distrital, como por exemplo João Paulo Cunha (PT-SP). Para

Cunha, o sistema distrital misto concentrará poder nas mãos dos grandes partidos, prejudicando as legendas menores que não conseguirem votos suficientes nos distritos para eleger seus candidatos. O PT é um defensor do fortalecimento dos partidos políticos, mas vê isso através da fidelidade partidária.

Uma argumentação forte contra o voto distrital é do senador Freitas Nobre (PFL-PI), que avalia que o sistema distrital vai mandar para a Câmara Federal "vereadores federais" sem uma visão nacional. Avalia ainda que por se dar a votação num colegiado pequeno, vai aumentar a pressão do poder econômico sobre os candidatos.

FIDELIDADE PARTIDÁRIA

Também polêmica, mas os argumentos são fortes em favor de sua aprovação. Alegam os especialistas que não dá para o eleitor votar num candidato por causa das

propostas de seu partido, e após eleito, filiar-se em outro partido com propostas totalmente opostas. Nas emendas que tramitam no Congresso, a maioria defende que o candidato, uma vez eleito, pode filiar-se em outro partido, mas vai sem o cargo, que fica no partido que o elegeu.

Ainda nessas emendas, poderá perder o mandato no Legislativo e Executivo quem cometer crime ou grave falta de disciplina partidária, conforme estatuto do partido ou a lei reformada.

VOTO FACULTATIVO

Numa democracia plena, pelo menos em termos de eleger alguém pelo voto direto, não se pode obrigar as pessoas a votar.

Participa quem valoriza a tarefa de se votar diretamente em alguém, ou de ser votado. Os defensores do voto obrigatório são aqueles políticos que usam o poder econômico e a miséria do eleitor para conseguir o seu voto através de uma cesta básica.



PAULO CUNHA (PT) É CONTRA O VOTO DISTRITAL

O perigo do golpe

JÁ SE LÊ NA GRANDE IMPRENSA UMA ARTICULAÇÃO DA ELITE POLÍTICA PARA IMPLEMENTAR O PARLAMENTARISMO E TER FERNANDO HENRIQUE COMO PRIMEIRO MINISTRO — O QUE É EQUIVALENTE A UM TERCEIRO MANDATO. ESSE MOVIMENTO, EMBORA EM BANHO-MARIA, É CAPITANEADO POR PARTIDOS COMO O PFL, PSDB, BOA PARTE DO PMDB, PL, PTB E OUTROS APOIADOS POR SETORES ECONÔMICOS FORTES, COMO BANQUEIROS E REDES DE TELEVISÃO.

SE ISSO ACONTECER DE FATO, COMPROMETERÁ TODA A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA. É O ELEITOR TEM QUE ESTAR ATENTO, POIS AS PESSOAS QUE VOTARÃO UMA MUDANÇA DESSA MAGNITUDE SERÃO OS MESMOS QUE APOIAM FHC NESSE GOVERNO.



ARTICULAÇÕES DA ELITE ECONÔMICA PODEM LEVAR FHC À PRIMEIRO MINISTRO NUM SISTEMA PARLAMENTARISTA

VOTANDO, MELHORA...

Quem vê a Europa hoje, não imagina o sofrimento que aquele povo passou. Duas guerras mundiais e a marca interna dos campos de concentração, onde morreram 5 milhões de judeus. O crescimento se deu através do voto.

Teve tiranos como Hitler, mas teve também bons políticos, como Charles de Gaulle, que comandou a resistência europeia ao domínio nazista e esteve a frente do governo democrático de recuperação econômico-social da França.

O povo também teve sua participação, principalmente os intelectuais da época, que eram artistas, religiosos, filósofos entre outros. E em termos de mudar uma situação ruim através do voto, é oportuno lembrar o famoso poema "O Analfabeto Político" do grande pensador alemão Bertold Brecht:

"O ANALFABETO POLÍTICO"

"O PIOR ANALFABETO É O ANALFABETO POLÍTICO. ELE NÃO OUVI, NÃO FALA, NEM PARTICIPA DOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS. ELE NÃO SABE QUE O CUSTO DE VIDA, O PREÇO DO FEIJÃO, DO PEIXE, DA FARINHA, DO ALUGUEL, DO SAPATO E DO REMÉDIO DEPENDE DAS DECISÕES POLÍTICAS. O ANALFABETO POLÍTICO É TÃO BURRO QUE SE ORGULHA E ESTUFA O PEITO DIZENDO QUE ODEIA A POLÍTICA. NÃO SABE O IMBECIL QUE DA SUA IGNORÂNCIA POLÍTICA NASCE A PROSTITUTA, O MENOR ABANDONADO, O ASSALTANTE E O PIOR DE TODOS OS BANDIDOS, QUE É O POLÍTICO VIGARISTA, PILANTRA, O CORRUPTO E LACAIO DAS EMPRESAS NACIONAIS E MULTINACIONAIS."

Bertold Brecht

FGTS: Esclarecimento

Desde que a imprensa começou a noticiar sobre uma ação impetrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, a qual foi julgada pelo STF, que deu ganho de causa a 30 metalúrgicos, os sindicatos estão recebendo inúmeros pedidos de informações sobre o assunto.

Para tanto, esclarecemos que quando começou a ser discutida a tese da correção do saldo do FGTS, a CUT/PR, juntamente com vários sindicatos deu tratamento imediato para a questão, via Minis-

tério Público Federal, que ajuizou Ação Civil Pública, perante a 5ª Vara Federal. Trata-se de uma ação coletiva que abrange a todos os trabalhadores paranaenses, que mantinham contrato de trabalho no período de 1987 a 1991, independentemente de filiação sindical ou não.

A Ação Civil Pública busca a plena correção monetária, relativo a aplicação dos planos econômicos intitulados de "Plano Bresser; Plano Verão e Plano Collor", nas contas vinculadas do FGTS.

O processo foi ajuizado

em 13 de dezembro de 1994, pelo Ministério Público Federal. A CUT e diversos sindicatos atuam nesse processo como litisconsortes. Trata-se do processo nº 94.0015476-3, (com esse número, pode-se obter informação no site www.jfpr.gov.br) distribuído perante a 5ª Vara da Justiça Federal.

Esse processo atualmente encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob nº AC 96.04.34026-3, (para essa Apelação Cível, pode-se também obter informação pelo site www.trf4.gov.br).

CUT faz manifestação pela correção a todos os trabalhadores

No último dia 20, os sindicatos filiados a CUT de todo o Brasil, promoveram manifestações públicas, a maioria delas em frente agências da Caixa Econômica, pelo pagamento da correção nas contas do FGTS, relativa aos planos econômicos de 89 para cá.

Coincidentemente, no dia seguinte FHC comunica que vai pagar a correção dos planos Verão e Collor, os mesmos que os 30 metalúrgicos de Caxias do Sul vão ter direito (68,91%) a todos os trabalhadores que tinham saldo no FGTS na época.

Em sua nota divulgada na imprensa, FHC faz algumas alegações do por que de sua decisão. Entre elas, que é injusto pagar só para quem ingressou com ação; a necessidade de esclarecer o impacto dessa decisão nas contas públicas; eliminar sobrecarga de ações no Poder Judiciário e nos órgãos de defesa jurídica da União, e a necessidade de preservar os financiamentos imobiliários e saneamento básico geradores de empregos e renda.

Determinou ainda que o Ministério do Trabalho, tão logo seja publicado o acórdão da ação dos metalúrgicos,

procure as centrais sindicais para discutir a forma de pagamento da correção.

Para CUT, que tem representante no Fundo Curador do FGTS, "o governo só reconhece parte das perdas expurgadas pelos planos. Mesmo assim, através de uma ação julgada que certamente ele seria obrigado a estender aos demais trabalhadores".

A CUT sempre defendeu o uso do FGTS como fonte de geração de emprego, principalmente para o setor de habitação e saneamento básico.

TRT & Planos Econômicos

A CUT estuda a possibilidade de rever na Justiça os julgamentos de todas as ações com pedidos de correção salarial, que nos julgamentos, tiveram participações de juizes classistas indicados pelo ex-secretário de FHC, Eduardo Jorge, acusado de envolvimento nos desvios dos 169 milhões de reais do TRT de São Paulo. O próprio EJ declarou à imprensa que fazia as indicações para ajudar nas decisões de não pagamento de ações com pedidos de correções.

CAMPO MOURÃO

Baile dos Bancários lembrou os 500 anos de exclusão

O tradicional Baile dos Bancários de Campo Mourão foi realizado com sucesso. A promoção, realizada no Clube 10 de Outubro, conseguiu reunir cerca de 450 pessoas, entre bancários e familiares, mantendo a tradição dos grandes eventos promovidos pelo Seeb Campo Mourão.

Além de dar a largada na campanha salarial da categoria, que este ano tem como principais eixos

o reajuste salarial e a manutenção do emprego, o baile dos bancários de Campo Mourão tradicionalmente coloca em discussão um tema do momento.

O tema debatido este ano foram os 500 anos do Brasil, chamando a atenção para o quadro de exclusão social, discriminação, redução do emprego e dos salários, abandono da educação, as privatizações e o cresci-

mento da violência, além da falta de uma política agrária eficiente.

Ainda dentro desse tema, o Seeb Campo Mourão aproveitou o baile dos bancários para promover uma exposição de fotos do fotógrafo Dilmércio Daleffe. Intitulada "O Brasil que a gente não vê", a exposição mostrou a realidade do interior de São Paulo, Piauí, periferia de Campo Mourão interior do Paraná.



A exclusão nos 500 anos do Brasil foi tema do baile



Exposição de fotos fez parte das comemorações do Dia do Bancário em Campo Mourão



Dezenas de bancários e familiares na comemoração

Umuarama: Jantar dançante comemorou Dia do Bancário

Este ano, o Seeb Umuarama marcou a passagem do Dia do Bancário (28 de agosto) com a realização de um jantar dançante no Restaurante Dunas.

A presença de mais de 150 bancários e dependentes esteve dentro da expectativa. O objetivo, além de comemorar a data, a união e as lutas da categoria, foi promover conagração entre os trabalhadores do ramo financeiro e seus depen-



EM UMUARAMA, SALÃO LOTADO NO JANTAR DANÇANTE

dentes. Além de demais sindicatos do PAC-Umuarama e Campo Mourão comemorações dos bancários foi satisfatória.

FORMAÇÃO SINDICAL

Nos últimos dias 5 e 6 de agosto foi realizada em Umuarama (foto abaixo) a segunda etapa do curso do Projeto Alicerce. Os temas debatidos foram as transformações no mundo do trabalho e organização sindical, trabalho de base e organização nos locais de trabalho. Participaram 20 sindicalistas das regiões de Campo Mourão e Umuarama. A próxima etapa será realizada em Campo Mourão, nos dias 7 e 8 de outubro.



Plebiscito democratiza discussão sobre dívida externa

Apesar das restrições impostas, autoridades governamentais e na grande imprensa, a população, de forma geral, enfrentou os obstáculos e participou do plebiscito da dívida externa, organizado pela CNBB, com apoio da CUT, entidades sindicais e movimentos populares, e realizado no período de 2 a 7 de setembro.

Não é difícil entender porque o governo FHC e seus aliados, principalmente os grandes jornais e emissoras de rádio e TV, foram contra o plebiscito. No caso de FHC, é porque,

ao chamar a população a debater a dívida externa, traz à tona as consequências do modelo de desenvolvimento adotado e defendido a qualquer custo por aqueles que ditam as políticas econômicas no país. Principalmente o FMI.

Por que a imprensa criticou o plebiscito? - Tradicionalmente, as lutas dos trabalhadores não têm conseguido grande simpatia da imprensa, seja ela um pequeno jornal, rádio ou uma grande emissora de televisão. Só para dar um exemplo, basta analisar pela freqüente campanha difamatória



PACTUINGÁ participa do plebiscito em Umuarama

contra os trabalhadores sem-terra. É preciso esclarecer que na maioria dos casos não representa a opinião do profissional da imprensa, mas do dono da empresa.

Não poderia ser diferente com o plebiscito da dívida externa, que expõe as consequências desastrosas da política neoliberal do

governo FHC.

Ao criticar a iniciativa, fica bem claro que a mídia não entendeu o objetivo plebiscito. mesmo que entendesse, não poderia apoiá-lo. É que a imprensa, com raras exceções, ainda sobrevive basicamente das verbas públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais. Ou seja, são pagos para

apoiar qualquer projeto do governo, mesmo que prejudique a população.

No caso dos rádios e TVs, também com raríssimas exceções, é pior ainda: a maracutaia começa já na concessão, que geralmente depende de barganhas políticas e sempre favorece amigo de algum político influente no governo.

Mais de 5,5 milhões dizem não

Enganam-se os que pensam que o povo não sabe o que acontece e não tem opinião. Contrariando o governo FHC, o FMI, a mídia e todos que apoiam suas políticas neoliberais, o resultado do plebiscito prova que a população, quando consultada, sabe o que é bom para o país.

Em todo o país, quase seis milhões de pessoas participaram do plebiscito e mais de 90% foram contra o pagamento das dívidas interna e externa e são favoráveis a realização de uma auditoria pública dessas dívidas. Também se declaram contra o acordo com o FMI.



Em Campo Mourão, Pactuingá colheu milhares de assinaturas

Na base do PACTUINGÁ, a população também teve a oportunidade de se manifestar. Os sindicatos dos bancários de Paranaíba, Campo Mourão, Toledo,

Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava ajudaram a coletar mais de 60 mil das 360 mil assinaturas coletadas em todo o Paraná.

Por que o Brasil paga juros extorsivos?

Só nos primeiros quatro anos do governo FHC, o Brasil pagou R\$ 128 bilhões referentes aos juros da dívida externa, que cresce cada vez mais. Para conseguir esse dinheiro, o governo foi obrigado, pelo FMI, a registrar superávit primário. Isto não quer dizer que os gastos do governo diminuam ou que o desempenho da balança comercial foi favorável. Ao contrário, significa que FHC retirou recursos de vários setores, inclusive de áreas essenciais como a saúde e a educação, para honrar o compromisso com o FMI. É por isto que a CUT sempre foi contra o pagamento da dívida externa e o acordo com o FMI. Para a CUT, os sindicatos, os partidos de oposição e os movimentos populares que apoiaram o plebiscito, a dívida externa já foi paga várias vezes. Melhor seria se o governo fosse menos submisso ao FMI e aos credores internacionais e se voltasse mais para os problemas do país, onde a educação e a saúde estão sucateadas, na mesma proporção em que cresce o desemprego, a fome e a violência.